

A ONU e a fuga de capitais

Irritado com a pergunta da imprensa, o presidente da República afirmou em Nova York que o secretário de Estado norte-americano não sugerira que o Brasil recebesse capitais de risco como maneira de acelerar seu crescimento e minorar a crise do balanço de pagamentos: "O secretário de Estado não fez qualquer sugestão, e se a tivesse feito o presidente do Brasil não a aceitaria, pois isso é um assunto interno". Ripidamente, o presidente da República desmentiu a informação de que teria agradecido a William Rhodes a atenção que os banqueiros internacionais dedicaram ao Brasil (prorrogando por 140 dias os créditos comerciais e interbancários): "Não agradecei coisa alguma ao vice-presidente do Citibank".

O tom das respostas indica que o sentimento da importância do Brasil, a que se junta a sensação da glória internacional, começa a moldar os contornos da nova política externa independente voltada para a solução dos problemas sociais internacionais. A imprensa — que teria ouvido mal a sugestão de Shultz e o agradecimento a Rhodes *em reuniões às quais não teve acesso* — registrou que o presidente do Brasil recusara a oferta do sr. Alan García, do Peru, de tomar em suas mãos o destino da América Latina. Modéstia diplomática; o sr. Olavo Setúbal insinuou que os países devedores formam atrás do Brasil, defendendo posições semelhantes no trato do pagamento da dívida externa da América Latina e do Terceiro Mundo. Não se conhecem as reações de Fidel Castro, que, depois de acertar em boa e devida forma a maneira de pagar o que deve aos bancos ocidentais, sugere aos outros governos que dêem calote. Deve estar satisfeito com o novo "radical" que surge na cena internacional, o sr. José Sarney.

Na verdade, por enquanto estamos assistindo apenas à *overture* da ópera, que tanto pode ter a força expressiva do *Goetterdaemmerung* ou da *Flauta Mágica* quanto a trivialidade de qualquer espetáculo bufo com que se contentam platéias menos exigentes. Por isso, o chefe do governo brasileiro se recusa a enunciar quais são as propostas que o Brasil apresentará na mesa das negociações políticas destinadas a aliviar a carga da dívida e a permitir o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. O raciocínio é lúmpido: não se adiantam intenções em jogo tão delicado; forçam-se portas, reclamando que os irmãos latino-americanos sejam tratados como irmãos. Possivelmente, ao fim das negociações políticas, se consiga *dinheiro novo*, adiamento do pagamento dos juros e pra-

zos ainda maiores para o resgate do principal, podendo-se continuar cantando, assim, a mesma ladinha terceiomundista do crescimento com inflação, a qual no fundo significa não tocar no setor público da economia.

As sugestões para a solução da dívida — negociação política ou técnica, com ou sem o aval do FMI — passam todas pelo prejuízo contábil dos bancos credores, pela concessão de auxílios dos bancos centrais dos países industrializados aos bancos para cobrir o prejuízo, ou por doações dos Tesouros nacionais aos bancos com idêntico objetivo. Políticas ou não, as negociações não podem esconder o fato econômico, que se resume no seguinte: alguém (governo de país estrangeiro, banco credor ou país devedor) deve pagar a conta. Por isso é que se fala em negociações políticas; é que os Parlamentos dos países industrializados com certeza terão de ser ouvidos de uma maneira ou de outra para dar seu aval às soluções encontradas na mesa de conversações.

Enquanto não se realizam essas negociações e não se sabe aquilo que o Brasil deseja, nem o que pode oferecer em troca, o presidente Sarney recebe homenagens dignas de general romano voltando de campanha vitoriosa contra inimigo destemido. Esse é o lado róseo das coisas; o outro, o da realidade, é a declaração do presidente da Câmara de Comércio Americana do Rio, Ronaldo Camargo Veirano, admitindo que os capitais norte-americanos se estão retirando do Brasil porque não se conhecem as regras do jogo, não há garantias e aumentam as restrições ao ingresso de capitais de risco, sobretudo nos setores de engenharia, informática, química e bioquímica. Como disse o chefe do governo, este é um assunto interno — cabe, pois, aos incomodados retirar-se e ao Brasil buscar não se sabe onde os capitais para crescer e resolver o problema de sua dívida externa.

Não se negará ao presidente Sarney ter tomado clara consciência do peso específico do Brasil e de havê-lo lançado na arena internacional, certo de contar com o apoio de toda a América Latina. Do ponto de vista estritamente realista, a jogada temática — levando em conta especialmente o fato de o Grupo de Cartagena, no qual nossa participação até então tinha sido discreta, já ter criado as condições para que alguém pudesse gritar que não tem condições de pagar. O presidente Sarney gritou — e do Oiapoque ao Chuí levantaram-se vozes para aplaudir seu gesto esplêndido, a coragem que teve de dizer coisas aos norte-americanos e ao FMI, ainda que com o ob-

jetivo de talvez receber mais dinheiro e aumentar a dívida. Uma questão de forma, afinal: de problemas internos, como ressalta o chefe do governo, que não agradece benemerência de banqueiros.

O Brasil vive de formas, hoje em dia. Especialmente as literárias. O quase-triumfo romano do presidente tem a precedê-lo a grandiosidade do discurso que proferiu na ONU, tratada como clube de amigos da praia ou academia de letras de Esperantópolis, mas nunca como uma instituição séria. Dirão que somos movidos por restrições ao antigo expoente da "bossa nova" da UDN. Afinal, de todos os quadrantes, da extrema direita à esquerda, não se entoam loas à fala das Nações Unidas? Não é esse o problema; a questão é que no Brasil os que vivem pensando pequeno só conseguem ver algo de grande quando se trata de falar mal do FMI e defender a "soberania nacional". Por isso não vêm as coisas em suas verdadeiras proporções. Estarão de fato convencidos de que estamos diante de peça literariamente digna de elogios? Que dizer deste período: "Esta tribuna impõe respeito e dignidade. É a mais alta na comunidade das nações, onde grandes e pequenos ficam menores, porque maior é a carga da História do gênero humano exercida pela tarefa que é o barro do seu trabalho — a paz —, pelos problemas que a desafiam, pelo esforço de transformar discordâncias em solidariedade"?

É preciso que se apaguem da política nacional as falsas imagens do triunfo romano. Qualquer mudança de atitude dos industrializados não virá *apenas* porque o Brasil falou na ONU; quem primeiro reclamou novo tratamento da dívida externa foi o presidente Alfonsin. As novas condições, se vierem, serão ditadas pela crise em que se debate a economia mundial, prisioneira do dólar transformado em moeda internacional e do protecionismo alfandegário norte-americano e da Comunidade Econômica Européia. As transformações até podem surgir; deveremos estar preparados, no entanto, para o momento em que, mesmo tomando emprestado dinheiro novo, mesmo capitalizando juros, mesmo transferindo para o século XXI o pagamento do principal, o Brasil terá de pagar a fatura das despesas impostas pelo nacionalismo e pelo Estado "cartorial", que estão afugentando os capitais estrangeiros e impedindo o crescimento do País. Mais importante do que o triunfo do presidente na ONU é a pequena notícia de que os capitais estrangeiros começam a ir embora. Seria o caso de, parafraseando um dos maiores poetas do Brasil, perguntar: *e então, José?*